PRESIDÊNCIA**RESOLUÇÃO Nº 547, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024**

EMENTA: Define regras para estruturação, implantação e funcionamento do juízo das garantias no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

O ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os objetivos e os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Constituição Federal, e sua adesão a Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos (CF, arts. 1º e 5º, § 3º);

CONSIDERANDO o art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, que estabelece a garantia fundamental ao devido processo legal;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, que acrescentou os arts. 3º-A a 3º-F e alterou a redação de diversos dispositivos do Código de Processo Penal;

CONSIDERANDO o contido na Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

CONSIDERANDO o Provimento nº 003/2016-CM, do dia 28.04.2016, do Conselho da Magistratura, republicado nos DJes dos dias 17 e 20.06.2016, com alterações trazidas pelo Provimento nº 03/2017 do Conselho da Magistratura, publicado no DJe do dia 24.03.2017, que disciplina o Programa de Audiência de Custódia no âmbito da jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, com a declaração da constitucionalidade da instituição do juiz de garantias no ordenamento jurídico brasileiro;

CONSIDERANDO que, nos termos do decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nas ADIs nº 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, de relatoria do Ministro Luiz Fux, o juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal até o oferecimento da denúncia, marco a partir do qual passa a atuar o juiz da instrução da ação penal;

CONSIDERANDO que o instituto do juízo das garantias implica cisão funcional de competência e demanda a adaptação das estruturas de organização judiciária;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no exame da constitucionalidade da Lei nº 13.964/2019, estabeleceu o prazo de 12 (doze) meses, prorrogável uma vez, para a implementação do juízo das garantias pelos tribunais, cabendo ao CNJ o estabelecimento de diretrizes e a supervisão do processo;

CONSIDERANDO as propostas desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI instituído pela Portaria nº 64, de 25 de julho de 2024, publicada no DJe de 26.07.2024, com o intento de estabelecer diretrizes para a implementação do juízo de garantias no Tribunal de Justiça de Pernambuco;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CNJ, no Procedimento de Ato Normativo nº 0002281-16.2024.2.00.0000, 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 28.05.2024,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução define diretrizes para a estruturação, implantação e funcionamento do juízo das garantias no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), consideradas suas particularidades demográficas, geográficas, administrativas e financeiras.

§ 1º O TJPE adota os modelos descritos nos arts. 4º, incisos II e III, e 5º, incisos I e II, da Resolução CNJ nº 562, de 3 de junho de 2024, resguardando-se os objetivos e os limites impostos pela Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

§ 2º O TJPE adota a tramitação de procedimentos por meio de sistema eletrônico, nos termos da Resolução CNJ nº 420, de 29 de setembro de 2021.

§ 3º Independentemente dos modelos adotados, mantém-se o sistema de prévia distribuição do feito para a fixação da competência do juiz natural do processo de conhecimento.

§ 4º A realização das audiências de custódia pelo juízo das garantias observará o disposto na Resolução CNJ nº 213, de 15 de dezembro de 2015.

Art. 2º Sem prejuízo da realização das audiências de custódia, as normas relativas ao juízo das garantias não se aplicam aos:

I - processos de competência originária dos tribunais, regidos pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990;

II - processos de competência do Tribunal do Júri;

III - casos de violência doméstica e familiar, regidos pelas Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 14.344, de 24 de maio de 2022;

IV - processos da competência dos juizados especiais criminais; e

V - processos das varas criminais colegiadas, regidos pelo art. 1º-A da Lei nº 12.694, de 24 de julho de 2012.

Art. 3º O instituto do juízo das garantias organiza-se, no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por meio de:

I - regionalização, para a realização das audiências de custódia;

II - substituição pré-definida entre juízos da mesma comarca, quando existente mais de um juízo criminal;

III - substituição pré-definida entre juízos da mesma circunscrição, no caso de juízo de vara única ou quando existir apenas um juízo criminal da comarca.

Art. 4º Os atuais polos de custódia passam a ser denominados Central Especializada das Garantias, preservando a competência para a realização das audiências de custódia, nos moldes de Provimento nº 003/2016-CM, de 28.04.2016, do Conselho da Magistratura, publicado no Diário da Justiça eletrônico do dia 29.04.2016 e republicado nos Diários da Justiça eletrônicos dos dias 17 e 20.06.2016, com alterações trazidas pelo Provimento nº 03, de 23.03.2017, do Conselho da Magistratura, publicado no DJe de 24.03.2017, que disciplina o Programa de Audiência de Custódia no âmbito da jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Art. 5º As demais atribuições do juízo das garantias, especialmente quanto ao controle da legalidade da investigação criminal e salvaguarda dos direitos individuais, cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, funcionará em sistema de substituição pré-definida entre juízos, competindo-lhe, especialmente:

I - ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal;

II - decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar, fora dos casos da audiência de custódia;

III - prorrogar a prisão provisória ou outra medida cautelar, bem como substituí-las ou revogá-las, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório, preferencialmente em audiência pública e oral, na forma do disposto no Código de Processo Penal ou em legislação especial pertinente;

IV - decidir sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo deixar de realizar a audiência quando houver risco para o processo ou feri-la, no caso de necessidade;

V - prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso, em vista das razões apresentadas pela autoridade policial e observado o disposto no parágrafo primeiro deste artigo;

VI - determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento;

VII - requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação;

VIII - decidir sobre os requerimentos de:

a) interceptação telefônica, do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática ou de outras formas de comunicação;

b) afastamento dos sigilos fiscal, bancário, de dados e telefônico;

c) busca e apreensão domiciliar;

d) acesso a informações sigilosas;

e) outros meios de obtenção de prova que restrinjam direitos fundamentais do investigado.

IX - julgar o habeas corpus impetrado antes do oferecimento da denúncia;

X - determinar a instauração de incidente de insanidade mental;

XI - assegurar prontamente, quando se fizer necessário, o direito outorgado ao investigado e ao seu defensor de acesso a todas as provas e elementos informativos produzidos no âmbito da investigação criminal, salvo no que concerne, estritamente, às diligências em andamento;

XII - deferir pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia;

XIII - decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou o de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação;

XIV - outras matérias inerentes às atribuições definidas neste artigo.

§ 1º Oferecida a denúncia ou a queixa, cessa-se a atuação do juízo das garantias.

§ 2º As decisões proferidas pelo juízo das garantias não vinculam o juiz da instrução e julgamento, que, após o recebimento da denúncia ou queixa, deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 3º A organização por meio de substituição diz respeito à definição do juízo sobre o qual recairá as funções de juiz das garantias, de modo a preservar que a competência do juízo da fase da instrução processual seja determinada pelo lugar da infração e demais critérios previstos nos art. 70 e seguintes do Código de Processo Penal.

Art. 6º As atividades do juízo das garantias desenvolvidas em dias em que não houver expediente forense e, nos dias úteis, antes ou após esse, ocorrerão por meio de plantão judiciário.

§ 1º As audiências de custódia referentes aos autos de prisão em flagrante comunicados no período de plantão, sobretudo nos finais de semana, serão realizadas necessariamente pelos juízes e juízas plantonistas, com observância do prazo previsto no art. 1º da Resolução CNJ nº 213, de 15 de dezembro de 2015, ressalvadas as situações excepcionais previstas em regulamentos dos tribunais.

§ 2º O regime de plantão poderá ser elaborado com base em regulamento já utilizado pelo Tribunal, observada a Resolução CNJ nº 71, de 31 de março de 2009.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Des. RICARDO PAES BARRETO

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

(Resolução unanimemente aprovada na Sessão Ordinária do Órgão Especial do dia 09.09.2024)

(Republicada por haver saído com incorreção no DJe do dia 10.09.2024)